

março/2026

PRESTAÇÃO DE CONTAS



APEOESP É O SINDICATO QUE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DO MAGISTÉRIO



APRESENTAÇÃO

A APEOESP vem desenvolvendo uma luta incessante em defesa da nossa categoria e da escola pública.

A CHAPA UMA – APEOESP Unida, liderada pela atual Primeira Presidenta, Professora Bebel, forma a Diretoria da nossa entidade, eleita com 82% dos votos nas eleições de 2023. Ela dá continuidade ao trabalho da Diretoria anterior (2017-2023), também presidida pela Professora Bebel, Deputada Estadual eleita pela nossa categoria em segundo mandato, que atravessou o período muito difícil da pandemia enfrentando os ataques do governo de João Doria, em defesa da vida.

A partir de 2023, estamos lutando contra um dos governos mais retrógrados e autoritários que já tivemos em nosso estado. Uma luta diária, constante, que vem exigindo do nosso sindicato, mais que nunca, atuar em todas as frentes – nas ruas, no legislativo, no judiciário, em todos os espaços possíveis.

Compreendemos que a luta por Educação pública de qualidade e em defesa da valorização da nossa categoria se interliga com os mais diversos aspectos da vida da nossa população e com as demais políticas sociais (saúde, cultura, esportes, moradia, transporte e outras). Por isso, essa luta tem que ser uma luta social.

Desta forma, no XXVIII Congresso Estadual da APEOESP “Pepe Mujica”, a APEOESP aprovou a horizontalização de sua atuação, por meio do trabalho e da mobilização conjunta com demais entidades da Educação, com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, conforme proposta apresentada e defendida pela nossa então Segunda Presidenta, Professora Bebel. Estamos formando Comitês Populares nas Subsedes, que convocarão assembleias populares e lutas conjuntas, articulando a luta pela Educação com as demais lutas da classe trabalhadora.

Neste momento, estamos convocando a greve geral da categoria para os dias 9 e 10 de abril, com assembleia no dia 10, às 16 horas, no MASP, para decidir a continuidade do movimento.

Contra o autoritarismo, pelas nossas reivindicações!

Diretoria da APEOESP



EM DEFESA DO SALÁRIO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

A APEOESP luta pela correta aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional, como reajuste no salário base. O PSPN não pode ser considerado como teto salarial, como procedem sucessivos governadores de São Paulo, sobretudo o governador Tarcísio de Freitas, mas ponto de partida. Dando continuidade à prática do governo Doria e anteriores, Tarcísio insiste em pagar abono complementar, contra o qual seguidamente ingressamos na justiça.

Com nossa luta, em 2022, conquistamos reajuste salarial de 10%, ao mesmo tempo em que lutávamos contra a aprovação da atual Lei Complementar 1374/2022, oriunda do PLC 3/2022, que institui o ilegal pagamento por subsídio e desmontou a carreira do magistério. Em 2023, conquistamos 7% de reajuste salarial.

Novamente, com muita luta e mobilização, conseguimos arrancar em 2025 um reajuste de 5%, que se estendeu a todo o funcionalismo. Mais do que isso, considerando que o reajuste do piso nacional foi de 6,27%, a então Segunda Presidenta e Deputada Estadual negociou com o governo um adicional de 1,27% para todos aqueles professores que recebiam abaixo do piso nacional, para que não fossem prejudicados. O reajuste para professores em 2025, portanto, totalizou 6,27%

Neste momento, nossa luta pela aplicação correta do reajuste do piso nacional no salário base continua e, emergencialmente, queremos que seja estendido para a nossa categoria o mesmo reajuste salarial de 10% concedido às polícias.



A primeira presidenta da APEOESP, Professora Bebel.



Ato na Praça da República contra as políticas autoritárias do governo.



Roberto Guido, secretário de Finanças da APEOESP.

É PRECISO REVOGAR A LC 1374/2022!



Mobilização na ALESP contra a LC 1374.

Professora Bebel dirige ato do funcionalismo contra a LC 1374.



A LC 1374/2022, que Tarcísio de Freitas prometeu revogar e não cumpriu, desmonta a nossa carreira. Ela estabelece pagamento por subsídio, e não salário, e acaba como benefícios como quinquênio e sexta-parte. Além disso, toda progressão, evolução e reajuste salarial ficam condicionados à avaliação de desempenho.

Queremos a melhoria da atual carreira (regulada pela LC 836/1997 e legislações posteriores) e não a sua destruição.



PELO FIM DA AVALIAÇÃO INJUSTA E PUNITIVA



Assembleia dos professores na avenida Paulista contra os desmandos de Tarcísio/Feder.

A instituição da avaliação de desempenho é uma arma do governo Tarcísio para desempregar professores. Não somos equipamentos de trânsito para sermos classificados como faróis – verde, amarelo, vermelho. Somos educadores e exigimos respeito.

A APEOESP está se mobilizando pelo fim da avaliação de desempenho nas ruas e também na justiça. Conquistamos liminar que, infelizmente, foi suspensa, mas continuamos trabalhando. O fim desta avaliação é um dos pontos importantes da nossa greve de 9 e 10 de abril.

FIM DO CONFISCO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS É VITÓRIA NOSSA!

Em 12 de outubro de 2022 aposentados e pensionistas da APEOESP realizaram uma combativa caminhada ao Palácio dos Bandeirantes para exigir o fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas instituído pela reforma da previdência imposta pelo governador João Doria.

Ao mesmo tempo em que esta mobilização ocorria, na Assembleia Legislativa a Deputada Professora Bebel, Presidenta da APEOESP, trabalhava para convencer todos os deputados que haviam apresentado Projetos de Decreto Legislativo (PDL) para anular o confisco, a retirá-los para que fosse apresentado um projeto único, assinado por todos os deputados. Assim foi feito e este projeto foi aprovado por unanimidade naquele mês de outubro, acabando com o confisco.

Hoje, estamos na luta pela devolução de todos os valores descontados.



Mobilização garantiu fim do confisco dos aposentados

IMPEDIMOS MILHARES DE DEMISSÕES



Audiência pública pela revogação do contrato dos professores categoria O

Na rede estadual de ensino de São Paulo em torno de 48% de seus professores são temporários. Desde a edição da Lei Complementar 1093/2009, a APEOESP conseguiu reduzir o tempo de permanência fora da rede entre contratos de 200 para 40 dias e ampliar direitos, que eram válidos apenas uma vez durante o contrato de 3 anos (que inicialmente era apenas de 11 meses e foi ampliado graças à nossa luta), para vigência anual.

Entretanto, a cada ano milhares de professores eram demitidos, sem possibilidade de



participarem da atribuição inicial no ano seguinte. Em 2018, 2019 e 2022, a APEOESP conseguiu prorrogar os contratos. Em 2022, isso foi feito graças a um projeto articulado pela Deputada Estadual Professora Bebel, então Presidenta da APEOESP, que foi assinado por todos os deputados e aprovado por unanimidade, evitando a demissão de 50 mil professores.

Hoje, graças a nossas negociações, os professores que terminam o contrato cumprem quarentena, mas podem participar da atribuição inicial. Continuamos na luta para que todos sejam efetivados e tenham direitos da carreira, via concurso. Até lá, lutamos para que tenham o direito a estabilidade, nos moldes dos professores da categoria F.

QUEREMOS QUE MAIS CONCURSADOS SEJAM CONVOCADOS!



Ato em defesa do professor categoria O e pela convocação dos concursados.

Ato em defesa do professor categoria O e pela convocação dos concursados.

Enfrentando um governo que resiste à negociação, nosso sindicato conquistou um concurso público com chamada de 15 mil professores, de diversas disciplinas. Entretanto, este número é absolutamente insuficiente em relação à realidade da rede estadual de ensino, onde 48% dos professores são temporários e mais de 170 mil docentes foram aprovados no concurso.

Não foram chamados, por exemplo, professores de Filosofia e Sociologia.

Estamos lutando para que sejam realizadas mais chamadas de concursados e ingressamos como amicus curiae em ação do Ministério Público Estadual que pleiteia a chamada de 44 mil aprovados no concurso.

QUEREMOS DE VOLTA AS VERBAS DA EDUCAÇÃO

Durante um ano a APEOESP, junto com os estudantes, funcionários das escolas e demais movimentos sociais, conseguimos impedir a aprovação da PEC 9/2023, que cortou R\$ 11 bilhões da Educação (5% da dotação orçamentária constitucional). Nessa luta de resistência, a Deputada Estadual Professora Bebel, atual Primeira Presidenta da APEOESP, teve papel fundamental, não apenas liderando essa luta, para atrasando a tramitação do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Orçamento, com a apresentação de um Voto em Separado que se constituiu num verdadeiro e muito bem fundamentado manifesto em defesa da Educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade no Estado de São Paulo.

Lutamos agora para que sejam recompostas as verbas destinadas à Educação no patamar de 30% vigente antes da aprovação da PEC 9/2023.



Professora Bebel na CCJR; mobilização na ALESP.



PELA RETIRADA DO PL 1316/2025 REFORMA ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO



Deputada Professora Bebel, também primeira presidenta da APEOESP, durante audiência pública.



Professores e diretores da APEOESP se mobilizaram para lutar contra a reforma administrativa.

O PL enviado pelo governador Tarcísio de Freitas ataca direitos fundamentais dos profissionais da Educação. Ataca o direito ao emprego e à estabilidade, por meio da institucionalização da avaliação de desempenho; reintroduz a falta-dia; institui remoção compulsória; permite demissão sumária de temporários; estende regras punitivas das escolas PEI para toda a rede; obriga a realização das APDs nas escolas PEI dentro das unidades escolares entre outras medidas inaceitáveis.

A APEOESP está mobilizada pela retirada deste projeto, realizando visitas aos gabinetes dos deputados, ações nas regiões e pressão dentro da Assembleia Legislativa.

APEOESP LUTA FRONTALMENTE CONTRA OS ATAQUES DE TARCÍSIO

Plataformização, militarização e privatização são projetos de destruição da Educação Pública

A APEOESP vem se mobilizando intensamente contra a plataformização do ensino nas escolas estaduais. O uso de plataformas digitais como principal método de ensino-aprendizagem desumaniza o processo e retira do professor o seu papel de protagonista deste processo, deixando em segundo plano a interação direta entre professores e estudantes, que é a alma da construção da aprendizagem e do conhecimento.

Junto com outras entidades, organizações e movimentos conseguimos que o Ministério Público decidisse pela proibição de que o governo Tarcísio obrigue o uso das plataformas digitais, mas isso ainda é insuficiente. Precisamos avançar para a retirada total da digitalização do ensino, como tem ocorrido em outros países.



Professora Bebel participa na audiência pública promovida pela defensoria pública



Privatização suspensa

Por ação da APEOESP, sentença judicial suspendeu a privatização da gestão de 37 escolas estaduais, que seriam construídas em regime de parceiras público-privadas, conforme leilões realizados pelo governo Tarcísio na Bolsa de Valores de São Paulo. Educação não é mercadoria nem ativo financeiro para ser leiloada na Bolsa.



Professora Bebel, diretores da APEOESP e professores na Bolsa de Valores.

Na luta contra a militarização



Professora Bebel, então segunda presidenta...



e Fábio de Moraes, então primeiro presidente, na audiência do STF.

A APEOESP conquistou, em agosto de 2024, liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo, que suspendeu o processo de privatização de escolas estaduais em São Paulo. Lamentavelmente, outra ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) fez com que a nossa liminar fosse derrubada. A ação segue tramitando no STF. O Primeiro e a Segunda Presidentes da APEOESP participaram, de forma virtual e presencial, no final de 2024, de Audiência Pública no STF sobre a militarização. Atualmente 100 escolas se tornaram cívico-militares, e já apresentam problemas, como militares cometendo erros grosseiros de português ao escreverem na lousa para estudantes, além de casos de autoritarismo nas escolas.

Livros didáticos foram mantidos



Audiência pública na ALESP sobre livro didático.



Ato público no dia 16 de agosto de 2023 em defesa do livro didático.

Nosso sindicato, em articulação com o mandato de Deputada Estadual Professora Bebel, obteve uma grande conquista, quando o governo Tarcísio de Freitas recuou da decisão de não receber os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A Professora Bebel promoveu duas audiências públicas na ALESP e, no dia 16 de agosto de 2023, quando a APEOESP realizava um grande ato na Praça da República, o governo anunciou o recuo.



APDS permanecem em local de livre escolha

Na tramitação do PLC que veio a se tornar a Lei Complementar 1396/2023, o texto inicial previa que as APDs (Atividades Pedagógicas Diversificadas) seriam realizadas em local definido pelo Secretário da Educação. Lutamos e, por meio de ação da Deputada Professora Bebel junto à Liderança do Governo, SEDUC e Presidência da ALESP, ficou definido que as APDs são realizadas em local de livre escolha dos professores nas escolas regulares. Lutamos por este mesmo direito para os professores das escolas de tempo integral.

Ação da Professora Bebel na ALESP garantiu APDS em local de livre escolha.



NOS 81 ANOS DA APEOESP, HORIZONTALIZAÇÃO É PROJETO NECESSÁRIO E INOVADOR



Entidades da sociedade civil, estudantes e sindicalistas participaram do XXVIII Congresso.

No XXVIII Congresso Estadual “Pepe Mujica” da APEOESP, em 2025, a então Segunda Presidenta da entidade, Professora Bebel, apresentou e defendeu a proposta de horizontalização da entidade, inspirada na experiência do Partido Morena, do México, ao qual pertence a Presidenta daquele país, Claudia Sheinbaum. A proposta foi aprovada, alterou o estatuto da APEOESP e está sendo colocada em prática.

Sem abrir mão de sua estrutura decisória vertical, considerando a natureza e o alcance social da luta por Educação pública inclusiva, de qualidade, para os filhos e filhas da classe trabalhadora, estamos construindo espaços institucionais de diálogo, deliberação e ação comum com demais entidades da Educação, centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais em torno de lutas comuns, como os Comitês Populares nas Subsedes – que realizarão assembleias populares e mobilizações, a retomada do Grito pela Educação, Serviços Públicos de Qualidade e Direitos do Funcionalismo, atos unificados e outras iniciativas.

